

Opinião

A ASEAC completou no dia 19 corrente mais um aniversário, comemorando, indubitavelmente, outro ano de luta na defesa dos interesses dos servidores de nível universitário.

Desde que assumimos a Diretoria desta Associação, não temos medido esforços no sentido de obter, ao menos, da Diretoria da CEDAE garantias de que os direitos trabalhistas, assegurados nos respectivos contratos laborativos, sejam respeitados.

Hoje, certamente, a grande maioria dos nossos sócios vêm sofrendo arbitrário achatamento salarial, o que tem provocado grande inquietação e desestímulo no pessoal de nível superior.

Em razão desta peculiar situação é que temos convidado insistentemente os colegas a comparecerem nas discussões sobre temas controversos, a fim de que juntos possamos encontrar soluções, ou pelo menos, recolhemos sugestões para superarmos os obstáculos que nos tem sido impostos por nossa Companhia.

Na busca dessas alternativas, a Diretoria da ASEAC tem se deslocado habitualmente para o interior do Estado, a fim de possibilitar àqueles empregados que se encontram mais distantes de nós, apresentarem suas opiniões e sugestões sobre assuntos que mais lhes causam preocupação e temores.

No desenrolar dessa tarefa, pudemos verificar que temas como privatização, terceirização e municipalização, além, evidentemente, da vedete das discussões, que é o redutor salarial, são assuntos veiculados frequentemente pelos noticiários, são, ainda assim, enigmáticos para muitos de nós.

Por essa razão, resolvemos promover palestras com profissionais de reconhecido nível intelectual e profissional, como Eduardo Modiano, Carlos Alberto S. Queiróz e Marcos Borzino, que nos apresentaram um pouco da intimidade desses assuntos.

Recentemente reunimos grande número de advogados da Companhia para debatermos várias questões, especialmente a que diz respeito ao teto salarial, por se tratar, evidentemente, de matéria intimamente ligada à formação profissional destes empregados.

Desse encontro não restou - se é que havia - qualquer dúvida quanto à irregularidade da aplicação do redutor, como demonstraram de forma clara e fundamentada os advogados que lá compareceram.

Outro aspecto de suma importância também discutido naquela oportunidade, referiu-se à

inclusão no redutor de direito pessoal garantido por decisão judicial. Estas parcelas não podem ser alteradas nem modificadas por ato administrativo, sob pena de configurar-se descumprimento de ordem emanada do Poder Judiciário.

Merece destaque a notícia trazida pelos advogados de que o 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça concedeu a segurança no Mandado de Segurança nº 575/91 - o mesmo que aparece nos nossos contracheques (código 799). Essa decisão significa que o mencionado órgão do Judiciário reconheceu que a aplicação do teto é ilegal para os impetrantes, que são três membros do Ministério Público Estadual.

Temos certeza que os empregados de nível superior estão permanentemente preocupados com a situação futura da Companhia, uma vez que decisões administrativas como o redutor salarial, reajustes contratuais concedidos de forma pouco convencional, não pagando no momento próprio das condenações trabalhistas e outras, criam um passivo financeiro que atingirá patamares imensuráveis.

Nós não queremos apontar as falhas e as mazelas da Administração, objetivando galgarmos a confortável posição de ácidos críticos; preferíamos, sim, estar aplaudindo e apoiando decisões adotadas em benefício da nossa Companhia, mas infelizmente os atos de desvarios que são comentados, nos desestimulam de mantermos a tão desejada parceria na busca de soluções e objetivos comuns.

Não resta dúvida de que a CEDAE hoje, mais do que em qualquer outra oportunidade, necessita da nossa união para que possamos ajudá-la a sobreviver e, via de consequência, garantirmos nossos empregos.

Esperamos que as recentes modificações na estrutura da Companhia (mesmo não entendendo o que as funções executivas da área comercial estão fazendo na Diretoria de Planejamento), possam resgatar o equilíbrio e o bom senso, elementos que sempre norteiam as decisões dos dirigentes, principalmente quando tem a responsabilidade de comandar uma empresa do porte da CEDAE.

A Diretoria

A Palavra do Presidente da CEDAE

O presidente da CEDAE, Engº. Raymundo de Oliveira, na reunião realizada em 05/08/93 no Clube 17, fez um discurso que, creio, a maioria dos gerentes estava querendo ouvir há muito tempo, e que, me parece, veio dar um alento, principalmente, para os colegas que trabalham nas atividades fins da empresa. As nossas dificuldades, de diversas ordens, são grandes e vêm-se acumulando há muito tempo; por isso gostei do seu pragmatismo, concentrando-se nuns poucos objetivos. É melhor resolver poucos problemas do que ficar tentando ou não resolvendo nenhum. Pelo menos ficamos sabendo qual é a estratégia da empresa para os próximos meses. Espero, somente, que não fiquemos nesse primeiro discurso, mas passemos à ação efetiva.

Engº Nilo Shinzato

A ASEAC já está em Natal

ULTIMA CHAMADA



VENHA CONOSCO

• Pagamento Facilitado

• Vagas Limitadas

A Municipalização e o Saneamento Democrático.....pág 2

Associados Pedem Ação e ASEAC Cobra Participação.pág 4

Veja (e confira) o Histórico do "Teto".....pág 5

Borzino diz que municipalização ajuda conscientizar comunidades

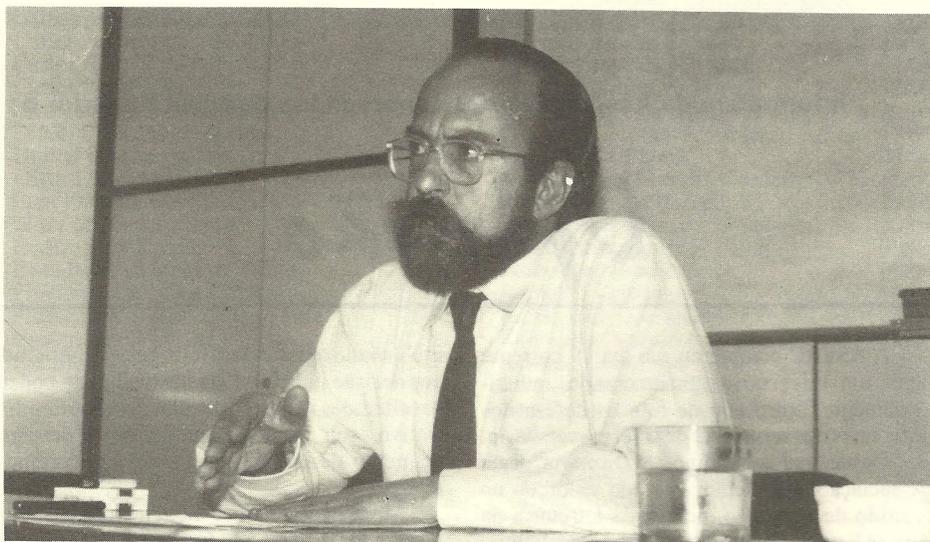
Alexandre Campos

A municipalização - tema de uma das palestras da série prometida pela ASEAC, na gestão do presidente Renato do Espírito Santo - revelou-se mais uma proposta polêmica na visão do pessoal de nível superior da Cedae. O palestrante convidado, Marco Antônio Borzino, parecia prevenido sobre a possibilidade de questionamentos por parte da platéia e começou escolhendo cuidadosamente as palavras. "Antes de mais nada, eu quero deixar claro que eu não defendo a municipalização como solução para o saneamento". Como assim? "Eu quero dizer que a relação do saneamento é que deve ser mais democrática".

O que ele queria dizer inicialmente ficou claro, mais tarde, ao longo do debate, Marco Borzino - presidente da Caempe (Companhia de Águas e Esgoto do Município de Petrópolis) e da Assemae (Associação dos Serviços Municipais de Águas e Esgotos) - explicou que o desempenho de uma empresa de serviços é melhor quando há aproximação com a comunidade à qual os serviços se destinam. "A Caempe, por exemplo, era fechada e nós passamos a mostrar à população como tudo funciona. Abrimos a companhia para a comunidade". Segundo Borzino, a partir da abertura, foi criado um programa de melhoria da água, com participação de várias entidades civis. "Desde associações de moradores até a Associação Brasileira de Odontologia", completou. "Hoje as pessoas não chegam mais com pedras na mão; falam sempre em termos de o "nosso" problema, porque nós trouxemos a comunidade para o nosso lado".

Marco Borzino destacou ainda a necessidade de medidas administrativas baseadas em dois princípios: vontade política e autonomia. "Todos sabemos que, se o prefeito é de um partido e o governador de outro, há muitas complicações". De fato, se a Caempe não fosse uma empresa municipal, ele dificilmente poderia reverter a situação que encontrou e classificou como "caótica". Havia funcionários demais (em 89, eram 450; hoje, são 315), carros de menos (antes, 3; agora, 30), estoque vazio, água contaminada, FGTS irregular etc. "Atualmente a empresa é mais que viável. Temos um CPD bem equipado e um serviço de atendimento por telefone eficiente. Eu mesmo atendo algumas ligações", gabou-se.

Veio então o primeiro questionamento



Dr. Borzino: "As pessoas não chegam mais com pedras na mão..."

desconcertante de um dos presentes: "Mas Petrópolis continua até hoje sem rede de esgoto...". A resposta de Borzino foi em forma de contra-ataque: "De 55 a 92, todo esse tempo, o estado ficou em Petrópolis sem cuidar disso. No momento, não se considera prioritário o esgoto". O participante insistiu: "Como se está propondo a municipalização democraticamente, o senhor não acha que deve-se dividir a prioridade?". "Acho", respondeu lacônico o palestrante, dando sinais de ter-se "esgotado" com o esgoto.

Sempre conciliador, o presidente da ASEAC, Renato do Espírito Santo, interveio. "A definição de prioridades, em situações como essa, passa primeiro pelos governantes e, aí manifesta-se a vontade política em primeiro plano". Outro associado complementou a pergunta: "A que o senhor atribui o sucesso de sua administração?". A resposta do presidente da Caempe, desta vez foi clara como água limpa: "Botamos o pessoal para trabalhar".

Borzino contou que na fase de limpeza dos reservatórios, alguns acumulavam meio metro de lama. Em mais dois exemplos, o presidente da Caempe demonstrou que também é necessária a mudança de mentalidade tanto do administrador quanto do consumidor. "A manobra de água era controlada por uma família havia 40 anos; primeiro o pai, depois o filho e assim por diante. Hoje, a companhia tem o

controle total da manobra", garantiu. "Também temos uma política de conscientização dos consumidores. Mostramos que quem não paga inviabiliza todo o sistema".

Um engenheiro quis saber se a Caempe é um modelo de administração de saneamento adotado pela Assemae (também presidida por Marco Borzino). O palestrante disse que não existe na Assemae um modelo exclusivo para o saneamento. "O município pode comprar a água bruta, a água tratada, como quiser; também pode haver um consórcio de municípios com a participação do estado".

Nesse momento o presidente da ABES-RJ, Joper do Espírito Santo, fez uma intervenção longa e bem articulada para concluir que desfazer o modelo de saneamento existente, sem apresentar outro mais eficiente, não parece uma boa solução. "Falta uma política nacional de saneamento. Por isso, pensa-se que cada município pode resolver seus problemas. Eu entendo saneamento como uma política de prevenção de saúde (...) e daí existem forças que não podem agir de forma antagônica, como a Fundação Nacional de Saúde, a Assemae, o Governo do Estado e representantes da sociedade civil, aqui, no caso, a ASEAC e a ABES (...) enfim, desfazer um modelo, do jeito que desfizeram do BNH, e não fazer nada no lugar, eu não quero mais", advertiu Joper, conquistando a concordância silenciosa de todos os presentes.

JORNAL DA ASEAC · Associação dos Empregados de Nível Superior da CEDAE - Rua Sacadura Cabral, nº 120, Salas 601, 602 e 607.
Fones: 263-6240 e 296-0025 - Ramal 102 - TELEFAX: 253-7482 · **Diretoria** - Presidente - Renato Lima do Espírito Santo · Vice-Pres. - Elysis Américo Moreira da Fonseca · Dir. Fin. - Flávio José Soares de Moura · Dir. Com. - Jaime Dutra Noronha · Dir. Téc. - Sidney Werneck dos Santos · Dir. Soc. - Ivan Augusto Gonçalves · Dir. Adj. - Paulo Anibal Uzeda de Oliveira · Conselho Diretor - Walter Firmo de Rocha Filho · Maria Angélica Allemand · Dirceu Soares Marinho Filho · Dilcio Cassiano de Souza · Luiz Sebastião A. do Nascimento · Joper P. do Espírito Santo · Jorge Rodrigues Leitão · Aloisio Clóvis dos Reis · José Yochimy Arakaki · Luciano Amaral de Queiróz · José Eduardo A. do Amarante · João Carlos de Rego Pinto e Paulo R. Cruz Soares · **Conselho Editorial** - Aloisio Clóvis dos Reis · Gil Moreira · Ida Menescal Lustosa · Maria Sueli C. M. Fontenelli · **Revisão Editorial**: Maria Amália Monteiro · **Prog. Visual e Prod. Gráfica** - W. Freitas - Fone: 552-6383

Reunião com advogados expõe indignação e otimismo

Alexandre Campos

A reunião convocada pela diretoria da ASEAC com os advogados e os conselheiros (dia 13 de agosto, no Clube 17) para discutir assuntos de interesse dos associados junto à Cedae, resultou num amplo e acirrado debate, principalmente sobre o teto salarial - considerado, a julgar pelo encontro, "urgência urgentíssima" dentre os problemas do pessoal de nível superior da companhia. Houve manifestações de indignação, otimismo, angústia e, especificamente com relação ao desempenho da ASEAC, apoio e crítica. O presidente da associação, Renato do Espírito Santo, reagiu a todos os sentimentos com serenidade e compreensão, repetindo incansavelmente que sua prioridade (quase uma obsessão) tem sido o incentivo à participação, à união e à concentração de forças.

Para Renato, a participação é fundamental a fim de se chegar a sugestões, propostas e idéias que possam indicar a linha de ação mais adequada a ser adotada. "Principalmente em se tratando de vocês (advogados) a quem nós pedimos que participem sempre. Aliás, nunca é demais lembrar, a ASEAC não está voltada somente para os engenheiros, para os médicos ou advogados; e sim, como não poderia ser diferente, para todos os funcionários de nível superior da Cedae". Segundo o diretor-adjunto para Assuntos Jurídicos da ASEAC, Paulo Uzeda, as reclamações de advogados sobre o desempenho da associação têm sido injustas. "Algumas me parecem até de índole pessoal, como a crítica de que a ASEAC estaria patrocinando um coral, o que não é verdade. Enfim, analisando de perto, são preocupações mesquinhas, sem fundamento, que não levam a nada", concluiu Uzeda, acrescentando um apelo para que todos se concentrassem em questões maiores, mais pertinentes.

Foi a deixa para que a discussão se iniciasse pela retenção salarial - de fato, uma questão maior e mais pertinente. Segundo Walny Oliveira, a ASEAC começou a trabalhar pela retirada dos códigos de retenção beneficiando o pessoal do PCCS e deixando em segundo plano o pessoal do RPC. "No meu modo de ver, isso caracteriza uma discriminação. O presidente da ASEAC esclareceu que em janeiro deste ano, no início do processo, foram formadas três comissões (política, administrativa e jurídica) para discutir o assunto e que não foi a ASEAC que retirou do teto salarial alguns códigos e, sim, a direção da Cedae, sensível aos apelos e pressões das comissões. Lembrou ainda que a última assembleia de 16 de julho, optou pela ação política antes de um confronto judicial. "A assembleia está em aberto desde então e nós vamos fechá-la mês que vem, (dia 9 de setembro). Eu aproveito para fazer uma primeira convocação, reforçando mais uma vez o apelo pela participação de todos", informou Renato. Contrariando um princípio universal e histórico, Walny Oliveira questionou a legitimidade das assembleias com um argumento razoável na teoria, mas inconsistente na prática. "Há um problema na democracia: quando se atende a maioria, não se protege a minoria; a maioria é beneficiada e a minoria é prejudicada".

Inveja salarial - João Carlos do Rego Pinto, diretor do Sindicato dos Engenheiros e conselheiro da ASEAC, não questionou a legitimidade das assembleias, mas se declarou contra a ação política e a favor da imediata ação judicial para acabar com o redutor de salários. "Na verdade, há uma "inveja salarial" das pessoas que ganham bem na empresa, dos colegas que ganham ações na justiça. Temos que entrar na justiça, até porque o próprio diretor de Recursos Humanos (Luis Fernando Couto) manda que se recorra". João Carlos defendeu também que o JORNAL DA ASEAC trate dos problemas dos associados de forma mais



Renato L. E. Santo, falando aos advogados

contundente. O presidente Renato do Espírito Santo reafirmou que o jornal está à disposição de quem quiser se manifestar, bastando escrever sobre qualquer assunto de interesse da coletividade dos associados, mas com uma ressalva: "O papel da ASEAC não é o mesmo de um sindicato. Está definido no estatuto e assim, seguindo o estatuto, eu posso garantir que nós temos mais elogios do que críticas".

Uma das mais importantes contribuições na reunião partiu do conselheiro Luciano Queiroz, engenheiro ("quase advogado", como gosta de dizer), que apresentou duas tabelas ampliadas descrevendo um histórico dos códigos de retenção (os mantidos e excluídos). Os quadros foram implacáveis: mostraram valores retidos de Cr\$9.242,50 do PCCS até Cr\$199.082,34 do RPC - para quem tem o salário base (001) de Cr\$ 406.776,42, o confisco do redutor no contracheque é de quase 50%. "Isso é um absurdo", reagiram quase em coro os presentes. "Pra onde está indo este dinheiro todo?", perguntavam-se uns aos outros. Voltou-se a discutir o recurso à ação de responsabilidade dos diretores da companhia como meio de intimidação e pressão. "Sabemos também que nenhum diretor quer essa mancha no currículo", reconheceu um advogado. "Eles passariam a pensar mais antes de acatar qualquer decisão superior sob o argumento de estar apenas cumprindo ordens", acrescentou outro.

Mais uma questão importante se impôs neste momento: a origem determinante do redutor salarial. Seguiu-se uma conversa curiosa:

- A discussão é "quem mandou aplicar o redutor"?
- Foi Cibilibis (Vianna, secretário estadual de Finanças).
- Não foi não. O Cibilibis consultou se caberia o redutor.
- Foi o Raimundo (de Oliveira, atual presidente da Cedae) quando estava no Proderj.
- Não temos que nos ocupar sobre quem mandou o quê. Tudo se resume ao governados do Estado (Leonel Brizola). A vontade é dele. É ele quem manda e ponto final.

Diante da afirmação mais elucidativa do cruzamento verbal, todos se calaram meio resignados, meio indignados. Ainda assim, houve quem insistisse que o JORNAL DA ASEAC apurasse de quem partiu a "história do teto". Renato admitiu levar a pauta ao Conselho Editorial.

O fato é que o teto, baseado nos salários dos secretários estaduais, foi adotado pela diretoria de Recursos Humanos da Cedae, por determinação da Secretaria de Finanças, por determinação do Governo do Estado. Outro fato, segundo a assessoria jurídica

contratada pela ASEAC, é que o redutor é inconstitucional por não se aplicar aos trabalhadores celetistas (caso incontestável dos funcionários da Cedae, que não são servidores públicos). O terceiro fato relevante é que um parecer da Procuradoria de Assuntos Trabalhistas reconhece a validade do teto, desde que baseado nos salários dos desembargadores, e não dos secretários.

Os engenheiros e advogados concordaram que a íntegra deste parecer seja publicada numa das edições do JORNAL DA ASEAC a fim de se reforçar que a medida, além de inconstitucional - fere o artigo 7º da Carta Magna - é também contraditória em relação ao discurso político do governados do Rio. "Ele (o governador) mandou a bancada do PDT no Congresso votar contra o redutor de 10% dos salários, propostos pelo Governo Federal, por entender que diminuir salários é rasgar a Constituição", lembrou um advogado. "Isso tem que ser explorado para consumo interno e externo", completou um engenheiro.

Depois de mais de três horas de reunião, a proposta final conseguiu o maior índice de concordância. Atendendo a um apelo de todos, o presidente da ASEAC ficou de acertar um novo encontro, desta vez com a participação dos quatro diretores de carreira da Cedae. "Ok. Então, na próxima, eu convidarei o Emy, o Márcio, o Jutaro e o Zé Américo, como vocês querem", prometeu.

Alguns temas e propostas em destaque na reunião

- Apuração sobre quem determinou o redutor e para onde vai o dinheiro da retenção.
- Possibilidade de insistir na ação de responsabilidade contra os diretores da Cedae, a fim de intimidá-los e pressioná-los a não cumprir "cegamente" as determinações superiores.
- Publicação no JORNAL DA ASEAC da íntegra do parecer da Procuradoria de Assuntos Trabalhistas, que não reprova o redutor, desde que adotado no limite dos salários dos desembargadores.
- Participação mais intensiva de todos os associados nas palestras, reuniões e assembleias em que se discute, não somente os problemas, mas o destino da classe.
- Convite aos quatro diretores de carreira da Cedae para um encontro com os associados da ASEAC.
- Convite ao presidente da companhia também para uma reunião, mas em data distinta da proposta acima.
- Reunião com os diretores da CAC e da PRECE para reavaliação dos critérios de descontos e benefícios da classe.
- Procedimentos idênticos por parte da direção da empresa, sem preconceito, quanto aos empregados do PCCS e do RPC.

Histórico da Retenção Salarial

1 - A partir de outubro/91 a Cedae vem aplicando uma retenção salarial baseada no Salário de Secretário de Estado, que é considerado como Teto Salarial, apresentando os seguintes valores:

Outubro/91	-	Cr\$ 2.469.010,53
Novembro/91	-	Cr\$ 2.667.361,27
Dezembro/91	-	Cr\$ 2.667.361,27
Janeiro/92	-	Cr\$ 2.892.893,00
Fevereiro/92	-	Cr\$ 4.050.050,20
Março/92	-	Cr\$ 4.917.919,55
Abril/92	-	Cr\$ 5.785.786,00
Maió/92	-	Cr\$ 8.100.102,79
Junho	-	Cr\$ 9.835.839,10
Julho/92	-	Cr\$ 11.571.575,41
Agosto/92	-	Cr\$ 11.571.575,41
Setembro/92	-	Cr\$ 16.200.205,57
Outubro/92	-	Cr\$ 19.671.678,19
Novembro/92	-	Cr\$ 23.143.150,82
Dezembro/92	-	Cr\$ 23.143.150,82
Janeiro/93	-	Cr\$ 40.500.513,93
Fevereiro/92	-	Cr\$ 52.072.089,34
Março/93	-	Cr\$ 63.643.664,79
Abril	-	Cr\$ 63.643.664,79
Maió/93	-	Cr\$122.439.496,27
Junho/93	-	Cr\$102.352.079,87
Julho/93	-	Cr\$102.352.079,87
Agosto/93	-	Cr\$102.352.079,87

2 - A partir do mês de janeiro/93, a CEDAE vem excluindo para efeito de cálculo da Retenção Salarial, as importâncias pagas como Gratificação de Cargo de Confiança (código 101), Gratificação de Representação (código 102), Incorporação de Chefia (código 068) e Triênio e Quinquênio sobre a Incorporação de Chefia (código 081).

3 - A partir de junho/93, a CEDAE passou a excluir para efeito de cálculo da Retenção Salarial, a importância paga como Adicional de Triênios (código 061).

4 - A partir de julho/93, a Cedae também passou a excluir para efeito de cálculo da Retenção Salarial, as importâncias pagas como Adicional de Tempo de Exercício de Chefia (código 062) e Adicional de Tempo de Serviço de GENU (código 063); além do adicional de Triênio sobre o Plus Salarial - Decisão Judicial (código 085).

5 - Assim sendo, por essas medidas sucessivas, a CEDAE excluiu de janeiro/93 a julho/93 do cálculo da Retenção Salarial, os seguintes códigos:

- 061 - Adicional de Triênios
- 062 - Adicional de Tempo de Exercício de Chefia
- 063 - Adicional de Tempo de Serviço de GENU
- 068 - Incorporação de Chefia
- 081 - Triênio e Quinquênio de Incorporação de Chefia
- 085 - Triênio sobre Plus Salarial (Decisão Judicial)
- 101 - Gratificação de Cargo de Confiança
- 102 - Gratificação de Representação

6 - Portanto, para os empregados enquadrados no Plano de Cargos, Carreira e Salários, somente os seguintes códigos entram para efeito do cálculo da Retenção Salarial:

- 001 - Salário Base
- 049 - GENU

7 - Já para os empregados enquadrados no Regulamento de Pessoal da CEDAE (RPC), existem mais códigos que entram para efeito do cálculo de Retenção Salarial, a saber:

- 001 - Salário Base
- 049 - GENU
- 079 - Produtividade de Maio/87
- 084 - Produtividade de Maio/88
- 086 - Triênio e Quinquênio sobre a Produtividade de Maio/87
- 087 - Triênio e Quinquênio sobre a Produtividade de Maio/88

8 - Entram também para cálculo da Retenção Salarial todos os códigos obtidos através da Justiça do Trabalho, denominados pela CEDAE como Decisão Judicial.

CÓDIGOS EXCLUÍDOS DA RETENÇÃO SALARIAL

Janeiro/93

- 068 - Incorporação de Chefia
- 081 - Triênio e Quinquênio sobre Incorporação de Chefia
- 101 - Gratificação de Cargo de Confiança
- 102 - Gratificação de Representação

Junho/93

- 061 - Adicional de Triênios

Julho/93

- 062 - Adicional de Tempo de Exercício de Chefia
- 063 - Adicional de Tempo de Serviço de GENU
- 085 - Triênio sobre Plus Salarial

CÓDIGOS QUE ENTRAM PARA O CÁLCULO DA RETENÇÃO SALARIAL

PLANOS DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS - RPC

- 001 - Salário Base
- 049 - GENU

REGULAMENTO DE PESSOAL DA CEDAE - RPC

- 001 - Salário Base
 - 049 - GENU
 - 079 - Produtividade de Maio/87
 - 084 - Produtividade de Maio/88
 - 086 - Triênio e Quinquênio sobre Produtividade de Maio/87
 - 087 - Triênio e Quinquênio sobre Produtividade de Maio/88
- Todos os códigos de DECISÃO JUDICIAL (excluído 085)

ANÁLISE DAS RETENÇÕES EM JULHO/93

CONTEIRA COM O SEU CONTRA-CHEQUE

Valores em %

CARGO NÍVEL E CATEGORIA TEMPO FORMADO E CHEFIA CHEFIA INCORPORADA CARGO CONFIANÇA	NIV. UNIVERSITÁRIO		ADVOGADO		NIV. UNIVERSITÁRIO		ADVOGADO	
	US - C CAT. 11 GENU 19 - T. CH. 240 INCORP. DIRETOR CHEF. SUPERINTENDENTE	U4 - C CAT. 8 GENU 14 - T. CH. 120 INCORP. SUPERINTENDENTE CHEF. SUPERINTENDENTE	GIS - CAT. 10 GENU 19 - T. CH. 120 INCORP. DIVISÃO PELA JUSTIÇA	GIS - CAT. 10 GENU 19 - T. CH. 120 INCORP. SUPERINTENDENTE CHEF. SUPERINTENDENTE	GIS - CAT. 10 GENU 19 - T. CH. 120 INCORP. SERVIÇO PELA JUSTIÇA	GIS - CAT. 10 GENU 19 - T. CH. 120 INCORP. SERVIÇO PELA JUSTIÇA		
001 SALÁRIO BASE	29,29	38,34	21,59	21,10	20,94			
011 INC. CHEF. (D. JUD.)	-	-	22,95	-	19,49			
023 PLUS SAL. (D. JUD.)	-	-	-	22,23	22,06			
049 GENU	3,11	4,36	2,80	2,73	2,72			
061(*) ADIC. TRIÊNIO	20,70	18,19	13,50	13,19	13,09			
062(*) AD. T. EX. CHEFIA	12,50	8,48	5,26	5,14	5,10			
063(*) AD. T. S. GENU	1,79	2,18	1,61	1,58	1,42			
068(*) INCORP. CHEFIA	10,14	7,70	2,95	4,84	-			
079 PROD. MAIO/87	-	-	0,25	0,24	0,24			
081(*) TR. Q. S/INC. CHEF.	11,49	5,35	2,57	4,21	-			
084 PROD. MAIO/88	-	-	0,51	0,51	0,50			
085(*) TR. PLUS SALD. JUD.	-	-	-	13,90	13,80			
086 TR. Q. PROD. MAIO/87	-	-	0,22	0,21	0,21			
087 TR. Q. PROD. MAIO/88	-	-	0,45	0,44	0,43			
093 DIF. SR. (DEC. JUD.)	-	-	15,08	-	-			
094 DIF. GENU (DEC. JUD.)	-	-	10,26	-	-			
101(*) GRAT. CARGO CONF.	5,49	7,70	-	4,84	-			
102(*) GRAT. REPRESENT.	5,49	7,70	-	4,84	-			
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			
TETO SECRETÁRIO	27,90%	39,17%	25,16%	24,60%	24,41%			
COD. EXCLUÍDOS DO TETO	67,60%	57,30%	25,90%	52,53%	33,40%			
SALÁRIO LÍQUIDO PAGO	95,50%	96,46%	51,06%	77,13%	57,81%			
SALÁRIO LÍQUIDO RETIDO	4,50%	3,54%	48,94%	22,87%	42,19%			
CAC - DESC. EFETUADO	1,60%	1,52%	1,34%	1,63%	1,80%			
CAC - DESCONTO REAL	1,52%	1,46%	0,92%	1,21%	1,04%			
APOS. PRECE C/PARIDADE	66,85%	67,52%	35,74%	53,99%	40,47%			

Obs.: (*) CÓDIGOS EXCLUÍDOS DO TETO



Sociedade Internacional de Meditação

CURSO

MEDITAÇÃO TRANSCENDENTAL

VIVA SEM STRESS

Aumenta

- Criatividade
- Memória
- Concentração
- Percepção
- Coerência

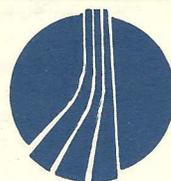
Diminui

- Ansiedade
- Depressão
- Consumo de remédios
- Instabilidade emocional
- Doenças psicossomáticas

Respaldo científico com efeito imediato

PROFESSOR ALUÍSIO CLÓVIS DOS REIS JR. e equipe

Tel.: (021) 286-4964



ORTHOS

CLÍNICA DO APARELHO
LOCOMOTOR

ORTOPEDIA • TRAUMATOLOGIA • RX •
CENTRO CIRÚRGICO • URGÊNCIA •
FISIOTERAPIA • FONOAUDILOGIA

- Dr. José Eduardo A. do Amarante Filho
- Dr. Frederico Genuino
- Dr. João Carvalho

Rua Leopoldina Rego, 774 - Penha

Tels. 260-9675 • 270-2648

CRENCIADA DA CAC

Três Projetos de Despoluição de Rios

Renê Capriles

Projeto Franco-Brasileiro Gerencia Recursos do Rio Doce

A situação crítica dos rios brasileiros em relação à poluição vem impossibilitando sua utilização econômica através da pesca, irrigação, lazer e abastecimento urbano e industrial, além de provocar a degradação ambiental. Para reverter essa situação, desde 1988 o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE - vem trabalhando em cooperação com o governo francês através de um acordo para gerenciamento dos recursos hídricos e controle das poluições.

O projeto-piloto da bacia do Rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo, foi o primeiro estudo realizado no Brasil tomando por base os princípios "usuário-pagador" e "poluidor-pagador" e simulou o funcionamento técnico, econômico e institucional de uma agência de bacia nos moldes franceses, adaptado à situação do país. Abrangendo uma área de 83.400 km², a Bacia do Rio Doce tem 3,5 milhões de habitantes vivendo às margens dos rios Doce, Piranga, Casca, Manhuaçu, Santo Antônio, Suaçuí Grande e Piracicaba, cujas cidades são Governador Valadares, Ipatinga e Colatina. As principais atividades industriais da região são siderurgia, laticínios, mineração, fabricação de papel e usinas de álcool e açúcar, além de pecuária e silvicultura.

Vale do Paraíba Tem Plano de Recuperação

A Bacia do rio Paraíba do Sul foi escolhida, por suas características físicas, políticas e institucionais, para implantação prática do modelo de gerenciamento desenvolvido na área do Rio Doce. Iniciado em janeiro de 1992, o projeto deve ser concluído até julho de 1994, mas sua implementação levará, no mínimo, 17 anos. As principais linhas de ação para a bacia compreendem o controle de poluição provocada pelas indústrias e destilarias, o controle do garimpo, a proteção do solo e o reflorestamento, o consumo de água, o tratamento dos esgotos domésticos e o fornecimento de água potável para as populações urbanas e rurais.

A primeira fase do projeto, concluída em agosto de 1992, estabeleceu um balanço dos problemas a serem enfrentados. Com 55.400 km² de superfície, a bacia do Rio Paraíba do Sul constitui um triângulo geograficamente

estratégico entre os estados de São Paulo (nascente), Minas Gerais e Rio de Janeiro (desembocadura em Atafona) tendo por ápices as capitais dos três estados. A população total da bacia foi contada em 5 milhões de pessoas em 1980. Os rios da bacia são responsáveis pelo abastecimento público de água para um total de 12 milhões de pessoas. Além disso, o Paraíba do Sul gera energia elétrica através das represas de Santa Branca, Jaguari, Funil, funciona como diluidor de esgotos domésticos, industriais e artesanais e receptor de materiais erodidos devido ao mau uso do solo e ao desmatamento.

A recuperação da bacia deverá custar em torno de 3,6 bilhões de dólares e as fontes tradicionais de financiamento são insuficientes



para assegurar a realização das ações necessárias. Portanto, foi sugerida a participação dos usuários da bacia nestes financiamentos. A simulação preliminar mostrou que cerca de 2 bilhões de dólares podem ser obtidos pela taxa da poluição, uso e consumo de água e utilização do solo, pelos princípios do poluidor-pagador e usuário consumidor-pagador. Assim, aquele que polui paga contribuições proporcionais à poluição produzida; os que consomem ou captam água contribuem conforme as quantidades consumidas ou captadas e os que se beneficiam com as ações da agência pagam em função destes benefícios. Em contrapartida, são propiciados financiamentos para todas as

operações que contribuem para a melhoria das condições ambientais da bacia, como despoluição, saneamento, regularização de vazão, reflorestamento, etc.

Segundo o modelo francês, o Comitê da Bacia (que já existe no caso do Paraíba do Sul) é responsável pela definição das diretrizes de ação e das contribuições a serem pagas por cada categoria de usuários. A Agência da Bacia, a depender da aprovação de uma lei correspondente no caso brasileiro, define a política de gerenciamento, elabora o programa de ação e aplica as decisões do Comitê, além de cobrar dos usuários e poluidores as contribuições referidas.

Recuperação do Rio Tietê

O projeto de recuperação do rio Tietê e seus afluentes, com investimentos de 2,6 bilhões de dólares distribuídos entre o Governo do Estado de São Paulo e o BID (Banco Interamericano Desenvolvimento), combaterá as duas principais fontes de poluição: os esgotos domésticos e os efluentes industriais. A poluição atinge cerca de 300 dos 1.100 km de extensão do rio onde são diariamente mais de mil toneladas diárias de detritos poluidores. Até 1994, a poluição deverá ter-se reduzido a 50% dos níveis atuais, e a recuperação completa está prevista para 1997.

Para ampliar o sistema de coleta, afastamento e tratamento dos esgotos domésticos e beneficiar 9 milhões de habitantes, em sua maioria de baixa renda, serão destinados recursos de 2,1 bilhões de dólares. Assim, 80% dos esgotos coletados na Grande São Paulo receberão tratamento adequado até 1995 - o que significa aumentar de 3,9 para 28,3 metros cúbicos por segundo a vazão de tratamento dos esgotos. As obras de coleta, especialmente nas regiões mais densamente povoadas, serão ampliadas com a construção de 300 mil ligações domiciliares e industriais e dois mil quilômetros de rede.

O controle dos efluentes industriais será feito pela Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, que cadastrou cerca de 1.200 indústrias como responsáveis por 80% da poluição do Tietê. Na instalação dos equipamentos antipoluentes serão gastos 500 milhões de dólares, financiados aos industriais através do BNDES. Em dois anos deverá ser eliminado qualquer lançamento de afluentes no Tietê.

Psicóloga Clínica

Psicanálise e apoio psicológico no processo de reabilitação de pacientes com doenças psicossomáticas.

Dra. Miriam Burd

CRP 05/0123

Cons.: Rua Santa Clara nº 50 sala 1104
Copacabana

Tels.: 256-4757 (cons.) 275-4327 (res.)

CAFÉ SURPRESA

Cesta Artesanal Especial para o Dia da Secretária

Uma homenagem para balançar seu coração

Norma
Entrega a Domicílio

Tels.: 396-5102 • 556-2940



O Primeiro Ano da "Conferência do Rio" Revelou que Ainda Não Saiu do Papel.

Renê Capriles

Transcorrido um ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - RIO'92, o balanço demonstra que muito pouca coisa foi implementada de acordo com os Princípios e os compromissos que foram assinados.

Em termos de Brasil, o nosso Congresso Nacional ainda não teve tempo de pautar a discussão para aprovar as Convenções assinadas pelo Presidente da República com o apoio de toda a sociedade. Os objetivos propostos na Agenda 21 ainda permanecem no papel e isto ficou evidenciado no relatório apresentado pela Comissão de Acompanhamento da Conferência da ONU no início de junho.

Apesar dos investimentos nos sistemas de água e esgotos, cerca de 40.000 crianças morrem diariamente (uma média de 15 milhões por ano) no mundo todo como resultantes da contaminação das águas e da falta de redes de esgoto.

Há dez anos, quando se fez a grande avaliação dos resultados da Conferência de Estocolmo realizada em 1972, três quartos das comunidades urbanas dos países em desenvolvimento não tinham saneamento adequado, hoje em dia, com o aumento da concentração populacional nas cidades essa situação piorou. A

explosão demográfica se apresenta como um dos problemas mais graves e as estatísticas revelam que grande parte das novas populações estará concentrada nos países em desenvolvimento. Problemas de urbanização são uma consequência: a população urbana nestas regiões triplicou de 507 milhões em 1965, para 1.5 bilhões em 1990; deve atingir no ano 2000 a casa dos 2.2 bilhões. Não é um exagero dizer, então, que em termos de terra, ar e água, nestas áreas metropolitanas, os recursos estejam sendo utilizados até seus limites.

Apesar dos grandes avanços já existentes no controle internacional dos poluentes, ainda não se pode afirmar que a hidrologia e a engenharia sanitária não ocupam espaços significativos nas decisões políticas.

A preocupação atual reside, no plano internacional, em estabelecer estratégias inteligentes de reservas e fontes de água para tornar viável o desenvolvimento sustentável, considerando água um dos principais fatores ambientais. Não será suficiente encomendar a engenheiros hidráulicos e sanitaristas a identificação e construção de sistemas e redes para consumo domiciliar, é necessária uma ação política radical nesse sentido. Enquanto existem bons conhecimentos hidráulicos em alguns países, noutros

eles são quase ignorados. Para além da hidrologia local ou regional, sabe-se que tanto o clima como o tempo estão intrinsecamente ligados às atividades das quais derivam o consumo humano do elemento água. No entanto não existe, por agora, um método global de trabalho que tome em consideração a inter-relação cíclica da hidráulica, dos oceanos, dos climas e das estações. Assim como acontece com outros problemas do meio ambiente, a água é mais um elemento da complexa teia, impossível de ser compreendido ou orientado isoladamente dos outros elementos. Conjuntamente com os engenheiros, são necessários especialistas em controle de poluição.

Em termos de iniciativas de acompanhamento local dos trabalhos da RIO'92, o Rio de Janeiro perdeu um espaço muito importante por causa da inoperância das autoridades responsáveis. A Costa Rica, já em junho de 1992 apresentou uma proposta de sediar um Conselho internacional para não deixar morrer a Conferência do Rio no papel e, para celebrar a passagem do primeiro aniversário da Rio'92 aprovou, no Congresso Nacional, a criação do Conselho da Terra, sediada em San José e com uma dotação de verba oficial que envergonha a nossa letargia.

ASEAC Empolga com Queijos, Vinhos e Dança

Alexandre Campos

A Noite de Queijos e Vinhos (30 de julho passado), patrocinada pela ASEAC e pelo Clube 17, ofereceu mais que a combinação perfeita de uma noite de inverno, queijos deliciosos e vinhos saborosos. Além da beleza e conforto do clube, havia ainda uma impecável decoração aliada a uma caprichosa mesa, que ostentava frutas, pastas e pães variados. O trabalho da dupla Tânia e Júnior, do Buffet Maison, era o primeiro sinal de que o encontro de confraternização seria marcado pelo bom gosto, fartura e satisfação. E foi mesmo.

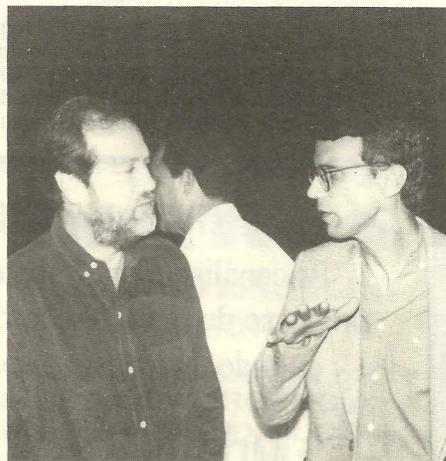
A programação musical foi planejada para agradar a todos os gostos. O tecladista Carlos Elói e a saxofonista-cantora Kátia ofereceram aos convidados ritmos românticos e dançantes da charmosa bossa-nova, da elegante MPB, do popular samba e outros, tirados desde o "fundo do baú" até a mais recente parada de sucessos das rádios. Os "pés-de-valsas" puderam se requebrar até às cinco da manhã, mas houve quem não aguentasse a "overdose" de som e já no meio da madrugada se limitava a batucar

sobre a mesa e balançar as perninhas cansadas.

Sobrava fôlego aqui, faltava ali, mas a animação era a mesma em todos os cantos. Tinha-se a impressão até que alguns grupos competiam para exibir mais alegria e descontração que os demais.

Entre um pedaço de queijo, um gole de vinho e uma balada de Tim Maia, outro momento de entusiasmo foi o do sorteio de brindes, também oferecido pela ASEAC, que premiou algumas pessoas com camisetas de malha. Raimundo Corrêa Miranda foi contemplado (tendo direito a acompanhante) com um jantar num restaurante de comida típica nordestina em Natal (RN), local do próximo Congresso de Engenharia Sanitária (agora em setembro). O presidente da ASEAC prometeu mais da próxima vez. Quem sabe, as passagens?

Para o diretor-financeiro da ASEAC, Flávio Soares de Moura, que prestigiou a Noite de Queijos e Vinhos acompanhado da esposa Solange, a festa superou todas as expectativas. "Foi muito melhor do que o esperado. Parecia



Paulo César, um dos premiados, ao lado de Flávio

até um casamento. O conjunto era muito bom, a música excelente (...) Mais uma vez, quem não foi não sabe o que perdeu". Alguém duvida da palavra de quem, mais do que ninguém, bancou a festa?

Coquetel e placas marcam aniversário da ASEAC

Alexandre Campos

O 13º aniversário da ASEAC, dia 19 de agosto, foi comemorado com um coquetel na sede da associação, onde se reuniram dezenas de convidados. A atual diretoria, presidida por Renato do Espírito Santo, homenageou este ano com placas de posteridade todas as gestões, desde a fundação da ASEAC, em 1980, quando nasceu "Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Cedae" - hoje, Associação dos Empregados de Nível Superior da Cedae.

Todos os ex-presidentes (uns emocionados, outros orgulhosos) compareceram ao coquetel. A maioria dos ex-diretores também marcou presença. O primeiro presidente da recente história da ASEAC, Antonio Ignácio Silveira (80 a 83), ficou notadamente comovido com o tratamento de honra recebido: ele participou ao lado de Renato da cerimônia de descerramento das placas, agora em exibição vitalícia no auditório da sede - depois de Silveira, a presidência ficou a cargo de Emy Guimarães (83 a 86), seguido por Walny de Oliveira (86 a 88), sucedido por João Carlos de Rego Pinto (88 a 92, dois mandatos consecutivos), que passou para Renato (92 até 94).

O presidente da Cedae, Raymundo de Oliveira, prestigiou pessoalmente o aniversário da ASEAC. Educadamente, Raymundo circulou por todo o auditório cumprimentando quase todos os presentes. Impossibilitando de comparecer, o vice-presidente da companhia, Márcio Pinto Paes Leme, enviou de Cuiabá (MT) um telegrama de congratulações pelos 13 anos da associação, lembrando que "a luta pela criação da entidade foi muito grande". O diretor de Recursos Humanos da empresa, Luis Fernando Couto, também cumprimentou pessoalmente os atuais e ex-dirigentes da ASEAC. Outras presenças destacadas foram a de Joper do Espírito Santo, presidente da ABES-RJ, e diretores, e Sinval de Oliveira Santos, presidente da CET-Rio, e diretores.

Agradecimentos - Em nome de todos os associados, a diretoria da ASEAC agradece as

doações (ou presentes) de Elcely Fortes (um quadro óleo sobre tela) e Raquel Gomes Noronha (dois quadros óleo sobre tela). Dona Eucely, esposa de Wilson Fortes e a jovem Raquel, filha do diretor Jaime Noronha, estão honrando a associação com suas pinturas, merecendo sinceros reconhecimentos e gratidão de todos. As obras e respectivas assinaturas, das talentosas Eucely e Raquel enfeitam agora

o auditório da ASEAC. Para satisfação e orgulho dos associados, a exposição é permanente. Também reinteramos o agradecimento ao vice-presidente da CEDAE, Márcio Paes Leme, que mesmo à distância (de Cuiabá - MT) enviou telegrama parabenizando a ASEAC pelos 13 anos de fundação. Uma demonstração bem-vinda de atenção e respeito por todos os empregados de nível superior da companhia.



Antonio Ignácio Silveira e Renato descerrando as placas



Raquel e uma das suas obras



João Carlos R. Pinto, Emy G. Lemos, Renato Lima E. Santo e Walny B. de Oliveira



**Corretora MILESI
Seguros Ltda.**

**TÉCNICA E EXPERIÊNCIA
HÁ MAIS DE 30 ANOS
NO MERCADO DE SEGUROS**

771-4801 • 771-5201

Av. Presidente Kennedy, 999/103
Duque de Caxias

**MODA
FEMININA**

Linho Braspérola

*Elizabeth e
Solange*

Tels.: 227-2312 • 493-6931



Fique Seguro do seu Seguro

Alexandre Campos

A ASEAC lembra aos associados que Jonas Vicente de Albuquerque é o responsável pelos seguros de vida com a Bamerindus e Sul-América. A Mileli cuida dos seguros de autos. Em ambos os casos, quando houver falha na cobrança automática, o associado deve entrar em contato pelo telefone com a ASEAC para regularizar a situação e não ficar prejudicado em caso de sinistro. Abaixo, fornecido pela Mileli, segue-se um glossário com termos básicos que constam de qualquer contrato de seguro e com os quais vale a pena estar familiarizado:

Apólice - contrato de seguro que descreve todos os direitos e deveres do segurado e da seguradora.

Beneficiário - pessoa indicada (independente de parentesco) para receber indenização em caso de morte do segurado.

Carência - período determinado nos seguros de vida e saúde em que a seguradora não indeniza o segurado.

Franquia - parcela dos prejuízos que o segurado assume em caso de acidente; é a participação escolhida pelo segurado para reduzir o custo total do seguro.

Cláusula de avarias - é a relação de avarias encontradas no veículo no ato da vistoria prévia para a contratação do seguro.

Indenização - valor constante no contrato para restituição do segurado/beneficiário em caso de acidente.

Importância segurada - valor definido pelo segurado na apólice para garantir o seu patrimônio.

Prêmio - valor pago pelo segurado na compra do seguro; pode ser parcelado.

Sinistro - acidente que cause dano ou prejuízo discriminado no contrato de seguro.

Aniversários

Mês de Setembro

Alvaro O. C. Burlamaqui	15/09	Junot Abi-Ramia Antônio	01/09
Antônio Esmeraldo da Silva	05/09	Lúcia Helena Ferreira Prado	05/09
Armando J. P. de C. Albuquerque	09/09	Luziete Francisca da Siva	03/09
Arthur Theodoro Levy de Souza	16/09	Márcia Cid Lima	28/09
Carlos Alberto Lima Ribeiro	02/09	Maria Nazareth C. S. Pires	09/09
Carlos Alberto Pereira Guina	17/09	Mario Nogueira Frota	14/09
Carlos Aldi T. de Almeida	17/09	Myrian Marques Oliveira	02/09
Carlos Fernandes Filho	09/09	Nélson Martins Portugal	12/09
Ciro Lacerda Correia Filho	12/09	Norma Maria G. Sartriani	20/09
Dilcio Cassiano de Souza	08/09	Oscar de Cerqueira Novaes	17/09
Durval Pereira da Silva	22/09	Oscar Mattos Neto	04/09
Edgard Mattoso Faquer	06/09	Oswaldo José Ferreira Cordeiro	15/09
Elço Ferreira dos Santos	10/09	Paulo César de Barcellos	15/09
Elder dos Santos Silva	30/09	Paulo César Moreira Valadares	30/09
Emílio Luiz Bicudo	26/09	Pedro Coutinho da F. Filho	03/09
Evandro Rodrigues de Britto	17/09	Pedro Evandro Ferreira	06/09
Flávio de Carvalho Filho	16/09	Reinaldo Leuzinger	18/09
Flávio Ney Magno de Carvalho	19/09	Renan Dias dos Santos	09/09
Gastão Leal Botelho	22/09	Rodolpho Octávio A. Valle	24/09
Gil Moreira	02/09	Romulo Lago Leite	16/09
Ida Menescal Lustosa	11/09	Romulo Machado Filho	17/09
José Bedran Simões	24/09	Sergio Pereira	12/09
José Maria Costa	24/09	Sinval de Oliveira Filho	04/09
José Rubem Motta Silva	14/09	Solange Cunha da Silva	24/09
Júlio Celso Bragança Gil	05/09	Therezinha M. V. H. dos Santos	12/09
Júlio Frederico Koeler	05/09	Valmir Alves Monteiro	11/09

Anuncie no Jornal da ASEAC

Contatos para publicidade:
Jaime/Roberto na ASEAC
 Tel.: 263-6240
 Encarte Solto — Cr\$ 5.700,00

Tabela válida para o mês de Setembro

1 pág. (12 x 28)	Cr\$ 7.600,00
1/2 pág. (21 x 14)	Cr\$ 4.400,00
1/4 pág. (10 x 14)	Cr\$ 1.900,00
1/8 pág. (10 x 7)	Cr\$ 1.000,00

ESSA É QUENTE !

AQUECIMENTO DE ÁGUA POR ENERGIA SOLAR PARA SUA RESIDÊNCIA, INDÚSTRIA, HOTEL E FAZENDA.

ECONOMIA DE ATÉ 80% DE ENERGIA ELÉTRICA
 Tem custo baixo, e é para sempre!

- Banheira de hidromassagem
- Boiler elétrico em aço inox
- Sauna seca e a vapor
- Aquecimento para piscinas
- Filtros e bombas

10% de desconto para associados

BOM TEMPO ENERGIA SOLAR

Rua Alcindo Guanabara, 17/1501 • Centro
 Tels.: (021) 533-1707 □ (021) 220-5718

CONVÊNIO

10%
de desconto

COMPROMISSO O BOTICÁRIO:

O preço à vista é o mesmo para pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito.

O Boticário

SERVIÇO DE ENTREGA GRATUITO

Bangu Tel. 331-3743 Campo Grande Tel. 316-1680 Laranjeiras Tel. 285-1599 Largo do Machado Tel. 285-4978

IMPRESSO